



Universidade Autónoma de Lisboa

Licenciatura em Gestão
Ano Letivo 2021/2022

ECONOMIA PORTUGUESA E MUNDIAL
Capítulo 3.2: ÉPOCA DE OURO DA ECONOMIA
PORTUGUESA (1950-1974)

Gestão, 3º ano

Turma A

Docente: Doutor António Duarte Santos

Daniela Ribeiro- 30005233

Deusa Santana- 30005538

Taís Casseca- 30005439

Índice

Introdução	3
Situação dos países no pós-guerra.....	4
O Início da Época de Ouro de Portugal.....	4
Estabilidade Financeira	5
Planos de Desenvolvimento	6
A Acumulação das Reservas de Ouro e Divisas no Pós-Guerra	7
Portugal e a Europa	8
Emigração	8
Conclusão	10
Bibliografia	11

Introdução

O presente trabalho aborda sobre o período que foi denominado por “idade de ouro” que ocorreu entre 1950 e 1974.

É objetivo esquematizar sobre a Época de ouro, bem como situação dos países no pós-guerra, a entrada de Portugal na EFTA, a acumulação das reservas de outra e divisas no pós-guerra, como também a estabilidade financeira que constituiu um marco profundo na vida portuguesa.

Durante esse período, Portugal desenvolveu planos de desenvolvimento, conseguiu se destacar pela sua evolução a nível económico como também pela maior participação em estabelecer uma melhor relação com outros países europeus.

Situação dos países no pós-guerra

Entre 1950 e 1955, a distância entre as despesas proporcionais dos norte-americanos e europeus ocidentais com bens duráveis de consumo começou a encolher, e o estudo de Gilbert mostra que nos anos de pós-guerra as diferenças em despesas de consumo entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental, podem ser quase que inteiramente explicados em função de rendas e preços relativos.

Todas as sociedades adultas de após-guerra do Ocidente e do Japão estão a comportar-se de uma maneira singularmente norte-americana, exceto os norte-americanos com sua curiosa e nova obsessão com a vida de família, de viver retirado, do "faça você mesmo", das excursões em casas-reboque e em lanchas, e a moda de escrever impiedosamente contra o Homem das Organizações.

O nível do rendimento real e do consumo per capita no Japão é, claramente, mais baixo que na maioria dos países da Europa Ocidental.

Não obstante, o extraordinário incremento da indústria terciária no após-guerra e as provas de uma disseminação dos bens de consumo e serviços em escala inédita, alvitram que, com modificações apropriadas, os japoneses também estejam experimentando uma onda típica de crescimento após-maturidade, baseada em boa parte nos níveis crescentes de consumo em massa.

O Início da Época de Ouro de Portugal

Portugal entre os anos de 1953 e 1973, registou uma época bastante positiva, considerada a idade de ouro do crescimento económico português com uma taxa média de 5,6% do PIB per capita. Com tudo antes de 1950, Portugal estava atras de todos exceto a Grécia, em termos do PIB per capita, enquanto o PIB per capita mundial cresceu em média 2,9% ao ano.

O país vivia sobretudo da agricultura (34% do PIB), uma vez que, em 1958, era a ocupação de 43% da população, situação que viria a mudar ligeiramente para valores mais baixos em 1973, 16% do PIB e 34% da população trabalhava na agricultura.

No domínio educacional nos anos de escolarização da população entre 20 e os 65 anos de idade passou de 1,3% para 2,6% entre 1950 e 1974. A taxa de escolarização ao nível do atual 3º ciclo do ensino básico passou de 20% para 51,8% entre 1960 e 1974 e ao nível do ensino superior 5,5% para 13,5%.

Nos anos 60, o PIB total cresceu 4%. Este crescimento, já se refletia no peso dos setores no PIB, como por exemplo a agricultura em 1938 representava 41%, e em 1958 desceu para 31% do PIB (gráfico 1) enquanto, durante a guerra, o setor dos serviços sofreu uma ligeira descida (de 39,4% em 1938 para 37,6% em 1947) sendo que em 1958 representava 43% do PIB (gráfico 2), tornando-se o maior setor.

Gráfico 1.

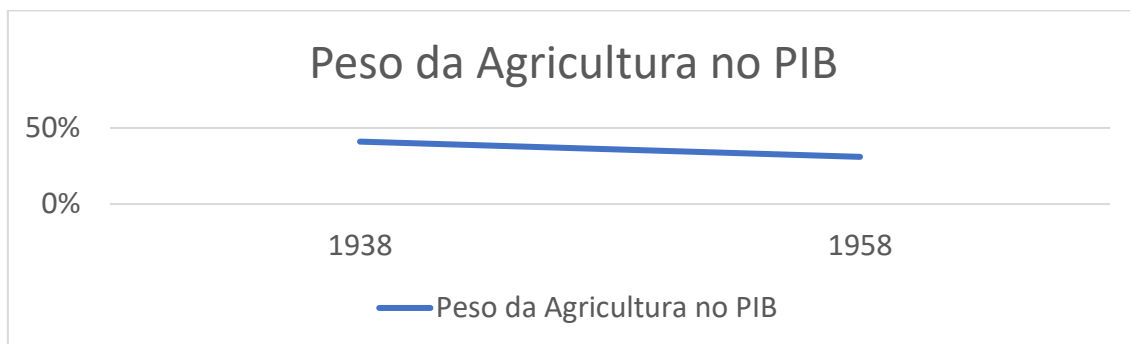
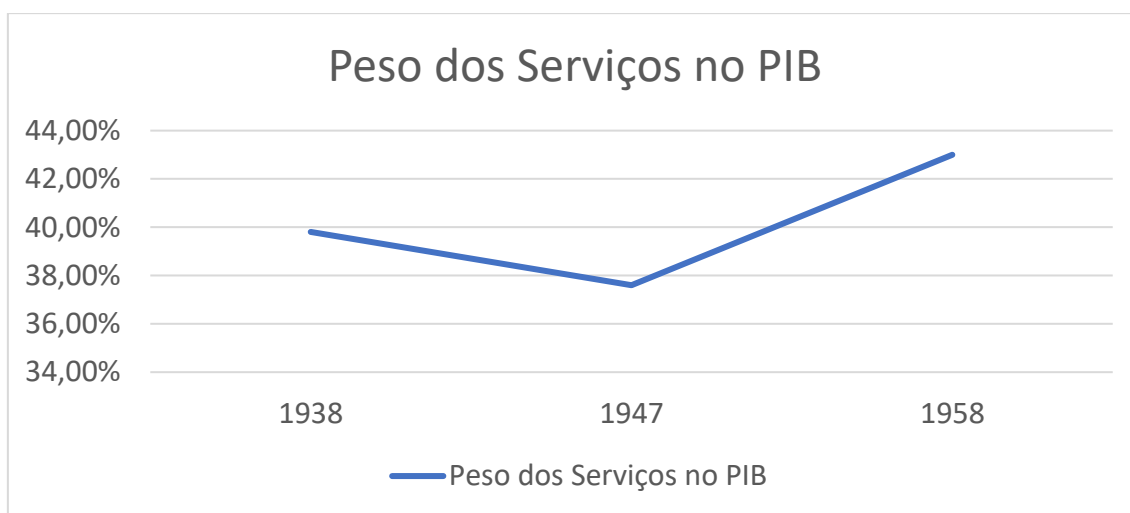


Gráfico 2.



A dimensão do setor público medida todo consumo público mantém – se em cerca de 10% em todo o período, e a despesa total sobre de 14% do PIB para 19%.

Estabilidade Financeira

A estabilidade financeira (matéria central da política económica de Salazar) constituiu um marco profundo na vida portuguesa, afirmando-se inicialmente como reação ao estado de permanente desequilíbrio e descontrolo do final da Monarquia e da I República, correspondendo ao carácter conservador do Portugal profundo e rural em que assentou o prestígio de Salazar na sociedade portuguesa e transformando-se, progressivamente, em algo para além do campo da opção política circunstancial, adquirindo um estatuto virtualmente mítico — o que poderá ter contribuído para um impacto, porventura limitador, sobre as condições de desenvolvimento económico e social do País.

Depois da recuperação do pós-guerra e do crescimento verificado na década 50, dá-se uma forte quebra em 1961 e 1962. O acentuado crescimento económico a partir dos meados 60 até o princípio dos anos 70 aliado ao crescimento da liquidez, levando a criação de uma bolha especulativa entre 1969 e 1973 que acabou por rebentar em 1974 com a ocorrência da **revolução**.

Planos de Desenvolvimento

Em 1945, foi apresentada a “Lei do Fomento e Reorganização Industrial” de forma a promover e priorizar alguns setores e indústrias básicas. Esta lei foi planeada em 5 planos, e tinha uma abordagem mais protecionista e como forma de substituir as importações.

O I Plano de Fomento, durante o período de 1953-1958, cujo investimento representaria cerca de 2% do PIB, serviria como um plano de investimentos públicos, na sua maioria orientados para as infraestruturas, da eletricidade (35%), transportes e comunicações (32%), agricultura, silvicultura e pesca (17%), investigação e ensino técnico (2%) e a industrialização (12%). Este plano deu frutos uma vez que a taxa de investimentos atingiu, em média, 23,6% do PIB.

Apesar de se defender o nacionalismo industrial, reconhecia-se que Portugal dependia muito do exterior e precisava de uma maior integração europeia.

O II Plano de Fomento (1959-1964) vai priorizar a estratégia de investimento, mas com base na indústria privada, continuando a investir mais na eletricidade (36%) e nos transportes e comunicação (46%), como tal o investimento vai ser quase o dobro (4% do PIB) do plano anterior.

A taxa de investimento foi de 25,6%, uma grande parte deve-se a algumas medidas aplicadas, tais como o acesso ao mercado de capitais, prioridade nos créditos, incentivos fiscais, entre outros.

No Plano Intercalar (1965-1966), devido às guerras coloniais, Portugal foi-se obrigado a colocar um maior esforço dos recursos orçamentais para as despesas militares.

Este plano focou-se também noutros setores, igualmente importantes para a economia, como a habitação e a saúde, ainda que com percentagens pouco significativas no desenvolvimento da economia. E verificou, independentemente das guerras coloniais, um aumento da taxa de investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo, comparado com os valores de 1964, de 23%, com os 27% no final deste plano.

Com o III Plano de Fomento (1967-1973) foi feita uma redireção voltada para uma visão baseada nas vantagens comparativas e na concorrência internacional, era preciso criar formas de promover as exportações, como tal a taxa de investimento cresceu de 27% para 36%, atingindo em 1974, um máximo histórico de 37%.

Por último, o IV Plano de Fomento (1974-1979) com apenas um ano de execução (ou seja os planos foram dados como acabados no final de 1974, no entanto de este último durou muito pouco por causa da revolução do 25 de abril de 1974), sendo menos específico, mas ambiciosa, levaria as questões em relação á distribuição do rendimento e os setores sociais, tendo a atenção em manter o pleno emprego, através do elevado crescimento.

A Acumulação das Reservas de Ouro e Divisas no Pós-Guerra

Portugal inicia, em 1931, um processo de acumulação de reservas de ouro e divisas que colocaria o país entre os níveis per capita mais elevados do Mundo, se comprando com o stock de ouro no Banco de Portugal, em 1937, de 71 toneladas com 860 toneladas, em 1973.

Durante a II Guerra Portugal foi lesado pela Alemanha, por uma quantidade significativa de ouro e cuja restituição era reclamada pelos Aliados, como tal o Governo não contabilizava as reservas de ouro cujo direito de posse lhe era reclamado. Contudo ainda não haveria a certeza da quantidade das reservas de ouro pois uma convertibilidade do escudo poderia reduzir as mesmas.

A 16 de setembro de 1950, Portugal assinou o Acordo de criação da União Europeia, de Pagamentos, com o intuito de favorecer a expansão das trocas comerciais entre os países que assinaram o acordo. O sistema financeiro adotado pela UEP, de compensações multilaterais e créditos automáticos entre os países, sendo o dólar a moeda de conta. Um dos sistemas para serem efetuados os pagamentos é em ouro, o que deixou Portugal apreensivo pois teria de se certificar que conseguia preservar as suas reservas em ouro de forma a poder manter a estabilidade do escudo.

O acordo foi bastante benéfico para países deficitários, que era o caso de Portugal, que vai mesmo acumular saldos credores. Na globalidade, a Portugal participação de Portugal na UEP foi bastante positiva, o que viria a ajudar nas trocas comerciais entre os outros membros.

É de se destacar, este período em 3 fases:

1ª Fase: De 1937 a 1946, devido é acumulação de reservas expandindo as exportações;

2ª Fase: De 1946 a 1953, diminuição das reservas, mas acontece um aumento por causa dos défices da balança comercial do período 1947-1949;

3ª Fase: de 1953 a 1973, o volume do ouro duplica (860 toneladas).

Com os elevados excedentes da balança comercial, em 1942, as reservas atingiram os 12% do PIB, sem contar com os excedentes acumulados da balança comercial entre 1937 e 1945 e as remessas de emigrantes, estima-se que entraram cerca de 10,4 milhões de contos, valor bastante inferior ao do aumento (de 16,5 milhões) das reservas do

A Época de Ouro da Economia Portuguesa (1950 – 1974)

Banco de Portugal. As diferenças resultam da passagem de refugiados pelo país e do excedente da balança de serviços.

A título de curiosidade, verificamos que atualmente as reservas de ouro de Portugal são menos de metade (382,5 toneladas), que verificado em 1973, o ouro está guardado em lugares diferentes:

- 45% em Portugal;
- 48,7% no Reino Unido;
- 5,2% no Banco Internacional de Pagamentos;
- E <1% na Reserva Federal dos EUA.

Portugal e a Europa

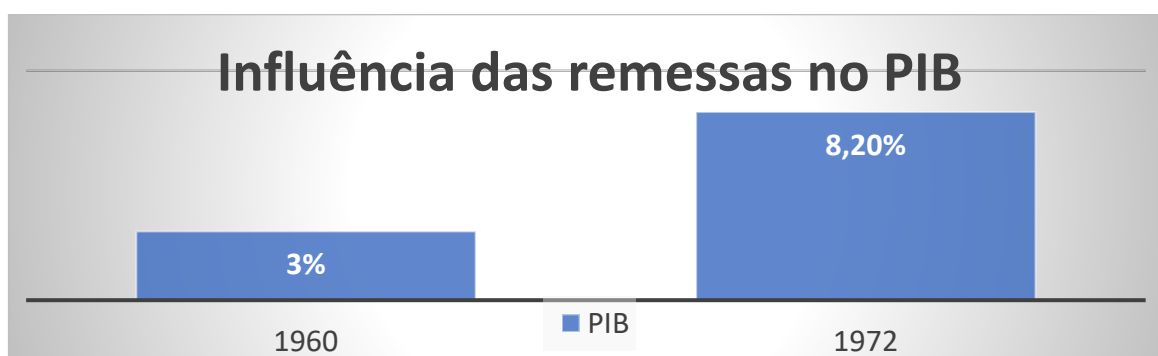
Em 1960 Portugal começa a abandonar o isolamento do pós-guerra e a participar nos movimentos políticos de internacionalização, Portugal focava-se no desenvolvimento no mercado interno, no entanto o país apostou numa maior integração europeia, entrando na EFTA (European Free Trade Association) ou Associação Europeia de Comércio Livre com entrada na EFTA a 21 de novembro de 1960, com isto o peso médio das exportações e importações subiu de 14% para 25% entre 1959 e 1973.

Os decretos-leis nº 43337 e 43338 aprovam a participação de Portugal no FMI e no banco mundial. A 6 de abril de 1962 Portugal assina o protocolo de adesão ao GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* ou **Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio**) que havia institucionalizado a 1 de janeiro de 1948.

Em 1959, a EFTA representava 18% das exportações, com isto Portugal ganhou cerca de 56 pontos percentuais na quota de mercado entre 1959 e 1970. A EFTA proporcionou a Portugal uma expansão global das exportações, não só na região da EFTA e uma estabilidade da taxa de câmbio real.

Emigração

Gráfico 3.



A Época de Ouro da Economia Portuguesa (1950 – 1974)

A emigração foi um fator muito importante para a economia de Portugal de 34 000, em 1957, para 180 000 emigrantes em 1970, este fluxo gerou um impacto de migração positiva na balança de pagamentos, aliviando o défice da balança de bens e serviços. Entre 1957 e 1973, houve uma diminuição de cerca de 25% da população ativa, bem como na taxa de desemprego, e uma subida da taxa de salário. As remessas contribuíram para 147% do défice, fazendo-se notar no PIB, quando em 1960 era de 3% e em 1972 já era de 8,2%.

Já se notava um abandono da população dos trabalhos agrícolas para uma maior procura nos setores nomeadamente os serviços e a indústria. Portugal não tinha muito IDE (investimento direto estrangeiro), só em meados dos anos 60 viu valores mais significativos, tudo devido, em parte à integração à EFTA e a consequente abertura ao mercado internacional. São celebrados vários contratos, principalmente nos setores como a indústria transformadora, o comércio e o turismo, na sua maioria de países como os Estados Unidos da América, a Alemanha e o Reino Unido. Apesar de Portugal não estar ao nível de muitos países contribuiu cerca de 3,6% para o FBCF, por ano de 1965 a 1974.

Após a II guerra mundial, 1946 o mercado e o comércio internacional começaram a ser mais abertos e levou a um processo de integração económica.

Com a entrada de Portugal no movimento da integração europeia, teve uma viragem na política económica do país:

A obtenção de economias de escala devido ao alargamento da dimensão dos mercados;

O aumento da produção devido à divisão do trabalho e à especialização produtiva;

Uma maior circulação da inovação e dos avanços tecnológicos;

Uma maior eficiência na afetação dos recursos de cada economia.

Conclusão

Concluimos então que, durante esta época Portugal desenvolveu a sua economia, passou a apostar mais noutros setores que antes era, em grande parte, baseado na agricultura, este desenvolvimento criou mudanças fortes e profundas no país, a estrutura sectorial foi revolucionada, o país foi integrado na economia mundial.

As mudanças na década de 1950 ocorreram em parte como resultado da Segunda Guerra mundial, foi um ponto de partida para Portugal apostar mais nas exportações.

E o país assinou acordos que o permitiram alargar as suas parcerias internacionais, estabelecendo relações com outros países que mais tarde irão ter grande influência tanto na economia e cultura portuguesa.

Bibliografia

César das Neves, J. (1994). *Análise Social* (Volume XXIX). Em J. L. César das Neves.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378178X8sYF6cn2Bl69AP4.pdf>

Mateus, A. M. (2013). *Economia Portuguesa- Evolução no contexto internacional (1910-2013)*

(4ª Edição Revista e atualizada. Principia.

Pereira, P. C. (s.d.). *Portugal e o Início da Construção Europeia*. Obtido de

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/705/1/NeD115_PedroCantinhoPereira.pdf

Rostow, W. W. (s.d.). *Etapas do Desenvolvimento Económico*.

Flouzat, Denise, *Economia contemporânea, crescimento, crise estratégicas e económicas*

Centro de Informação Jacques Delors, Portugal e a Europa, 50 anos de integração